



ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 65

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 20 DE MAIO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo.....	Deputado Valdir Rossoni
PFL.....	Deputado Plauto Miró
PTB.....	Deputado Valdir Rossoni
PMDB.....	Deputado Orlando Pessuti
PPB.....	Deputado Augustinho Zucchi
PT.....	Deputado Péricles H. de Mello
PDT.....	Deputado Edgar Bueno
PL.....	Deputado Horácio Rodrigues
PSN.....	Deputado Emerson Nerone
PSDB.....	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zamusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - José Tavares - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 43ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
20 DE MAIO DE 1998**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Ironi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 884

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a Preferência da discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 357/97, item 06 da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 20.05.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 889

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, REQUER, que seja designado expediente especial no dia 17 de junho, para APP - Sindicato fazer a apresentação da proposta do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), à Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 20.05.98.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A Lei Federal nº 9424/96 criou o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) que retém 15% das receitas de transferência do Estado e dos Municípios e só receberão de volta o valor retido, a partir da comprovação de matrículas, adequação do quadro funcional para o valor mínimo salarial e carreira de acordo com as exigências da lei.

Para que o Estado do Paraná esteja em conformidade com a lei federal, é necessário a aprovação do Plano de Carreira, Cargos e Salários.

A APP - Sindicato, além da defesa dos interesses da categoria que representa, se preocupa em elaborar boas propostas para a sociedade, no âmbito de sua especialidade, que é a educação. Para colocar em evidência o papel propositivo desta entidade, é que propugnamos por uma sessão especial de apresentação da proposta de PCCS.

REQUERIMENTO Nº 875

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Voto de Pesar pelo falecimento do veterinário Senhor João Cavazotti dos Santos.

Sala das Sessões, em 20.05.98.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Após um delicado transplante de fígado, realizado em Curitiba, o veterinário João Cavazotti dos Santos, não resistiu e morreu no início da madrugada de ontem. Filho do ex-Deputado Federal Santinho Furtado e casado com Cristiane, filha do ex-Prefeito de Joaquim Távola, Marcos Vieira. Tinha

32 anos e sua morte causou comoção em toda região.

REQUERIMENTO Nº 877

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja inserida nos Anais desta Casa, Moção de Louvor a ser endereçada ao Senhor Ailton Lourenço, funcionário da COPEL, lotado no escritório de Santa Isabel do Ivaí para prestação de serviços à comunidade do distrito de São José do Ivaí.

Sala das Sessões, em 20.05.98.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Em recente caminhada pelo nosso Noroeste, observamos dezenas de painéis fincados às margens das nossas rodovias veiculando cumprimentos ao motorista e eletricista copeliano Ailton Lourenço, por este haver atingido a marca dos 400.000 quilômetros sem o registro de qualquer acidente de trabalho ou multa por infração às regras de trânsito.

Há que se somar aos motivos que renderam tão oportuna e sugestiva homenagem ao funcionário em questão, também especiais virtudes que fizeram com que Lourenço granjeasse a simpatia, a benquerença, o respeito e a consideração por parte de todas as famílias moradoras em São José do Ivaí.

Dedicação ao trabalho, perfeita e salutar harmonia no convívio com a comunidade por ele atendida, seriedade no trato da coisa pública, são algumas das marcas que já fizeram de Ailton, um patrimônio do laborioso patrimônio de São José do Ivaí.

Que esse tributo seja estendido às centenas de copelianos que fazem da nossa COPEL, referência internacional na prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica.

REQUERIMENTO Nº 878

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, Votos de Louvor e Congratulações, para o Sr. Dr. Juiz Wilson Pereira, pelo atuante desempenho frente ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Vicente Machado, 147, Centro, CEP 80420-010, Nesta Capital.

Sala das Sessões, em 20.05.98.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº 879

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, Votos de Louvor e Congratulações, ao Senhor Valdemar Luciano Serafim, proprietário da LUTRANS - Empresa de Transportes Ltda., pelos relevantes serviços prestados à comunidade.

Requer, ainda que do presente se dê ciência ao homenageado, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Francisco Guilherme Bahr, nº 366, bairro Tingui, CEP 82620-070, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 20.05.98.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº 880

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, que seja registrado nos anais da Sessão de hoje, Votos de Louvor e Congratulações, à Professora Julieta Rodrigues Saboia Cordeiro, alusivo ao lançamento do "Curso de Direito Penal Ambiental", abrangendo a nova visão da sociedade junto às atividades policiais e o pensamento ecológico-ambiental.

Requer, ainda que do presente se dê ciência à professora Julieta Rodrigues Saboia Cordeiro, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Fernandes de Barros, 1752 - Hugo Lange, CEP 80740-200, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 20.05.98.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº 885

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, que seja registrado nos Anais da sessão de hoje, Votos de Louvor e Congratulações, ao Professor Antonio Jesus Marçal Romeiro Bachara, alusivo ao lançamento do "Curso de Direito Penal Ambiental", abrangendo a nova visão da sociedade junto às atividades policiais e o pensamento ecológico-ambiental.

Requer, ainda que do presente se dê ciência ao professor Antonio Jesus Marçal Romeiro Bachara, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Fernandes de Barros, 1752 - Hugo Lange, CEP 80740-200, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 20.05.98.

(a) HORÁCIO RODRIGUES

REQUERIMENTO Nº 887

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após

ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente aos Líderes do PTB no Senado Federal, Senador José Eduardo de Andrade Vieira e na Câmara dos Deputados, Deputado Paulo Heslander, manifestando posição contrária, à transformação da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) num imposto permanente.

Sala das Sessões, em 20.05.98.

(a) JOSÉ TAVARES

Apoio: Luiz Carlos Zuk, Luiz Accorsi, Milton Puppio, Carlos Simões, Edno Guimarães, José Maria Ferreira, Plauto Miró Guimarães, Augustinho Zucchi, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Emerson Nerone, Durval Amaral e Edson Silva Lino.

REQUERIMENTO Nº 888

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de requerimento ao Banco do Estado do Paraná - BANESTADO solicitando a instalação de um Caixa Eletrônico 24 horas, pelos motivos que seguem:

1) A Empresa Batávia possui, aproximadamente, 2.500 funcionários, que recebem seus vencimentos com o cartão BANESTADO. Como a agência deste Banco localiza-se em frente à referida empresa, o caixa eletrônico facilitaria os saques por parte destes trabalhadores.

2) Este serviço atenderia também aos turistas, que visitam periodicamente o Município de Carambeí, como também aos comerciantes e à comunidade em geral, constituindo-se, portanto, vantajoso também para o Banco.

Sala das Sessões, em 20.05.98.

(a) PÉRICLES DE MELLO.

REQUERIMENTO Nº 874

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de Pedido de Informações ao Excelentíssimo Sr. Armando Raggio, Secretário de Estado da Saúde.

Sabe-se que o Estado do Paraná tem hoje 29 cidades, 500 casos e 2.000 suspeitos de dengue, o que faz com que este Parlamentar, solicite desta Pasta, as seguintes informações:

01 - Quais as providências que estão sendo tomadas pela Secretaria de Estado da Saúde, no combate da dengue no Paraná;

02 - A Secretaria de Estado da Saúde tem estudos atuais, que revelem a extensão da dengue no Paraná;

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 20.05.98.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 882

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de Pedido de Informações ao Excelentíssimo Sr. Ramiro Wahraftig, Secretário de Estado da Educação, solicitando, com a implantação do PROEM quais os Colégios e/ou Escolas, no Paraná, que mantiveram o curso de Magistério e os respectivos municípios.

Sala das Sessões, em 20.05.98.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 883

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário as seguintes informações.

01 - Quais foram os países que o ilustre Deputado Luiz Carlos Zuk Presidente em exercício visitou?

02 - Se sua viagem foi custeada pela Assembleia Legislativa?

Visto que a sua viagem não foi comunicada oficialmente a este Poder.

Sala das Sessões, em 20.05.98.

(a) NEIVO BERALDIN

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 190/98

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação Belém-Serviço Social da Assembleia de Deus, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.05.98.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Belém-Serviço Social da Assembleia de Deus que ora encaminha para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criada em 06.10.67, e registrada sob o nº 2976 do livro A4, de pessoas jurídicas em 29.11.67. A Associação está inscrita no CGC/MF sob nº 78.278.355/0001-34, que tem por objetivo o desenvolvimento de projetos e

programas de atendimento nas áreas de assistência social, educacional e cultural estando a mesma em pleno funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias.

A Associação em epígrafe, além de desenvolver seus objetivos, também, coopera com órgãos públicos, entidades congêneres e demais seguimentos organizados da sociedade, no desenvolvimento de programas de interesse comunitário, especialmente, àqueles voltados, as áreas da assistência social, da educação, da cultura, do esporte e do lazer.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em apreço além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, razões que me levam a propor, que a entidade em pauta, seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 191/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, "post mortem" ao Senhor Doutor Edgar Bezerra Valente.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.05.98.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

A apresentação do presente projeto de lei tem objetivo homenagear um brasileiro, nascido em Belém, Capital do Estado do Pará, que muito fez pelo nosso Estado e pela nossa gente.

Doutor Edgar Bezerra Valente teve uma vida maravilhosa de muita luta e sucesso. Professor e formado em medicina, o Doutor Edgar aplicou seus vastos conhecimentos em prol da comunidade paranaense e na construção de uma sociedade mais justa.

Sua dedicação ao próximo fizeram que os municípios de Bela Vista do Paraíso conduzissem o Doutor Edgar Bezerra Valente por três gestões, ao elevado cargo de prefeito daquele progressista município.

Hoje, a doce lembrança do Doutor Edgar Bezerra Valente vive na memória da sua viúva, Maria Mendes Valente, na de seus filhos Edgar Valente Filho, Elizabeth Valente Malaguido e Eneida Valente Rabelo, e também nos corações da comunidade de Bela Vista do Paraíso e região, que teve no nosso homenageado, um abnegado defensor.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da justa homenagem ao Doutor Edgar Bezerra Valente.

PROJETO DE LEI Nº 192/98
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os créditos tributários devidos em decorrência da legislação sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e as multas de trânsito, lançadas até 31 de abril de 1998, poderão ser parceladas em até 10 (dez) parcelas, com anistia de multa e da atualização monetária sobre ela incidentes e a remissão dos juros na forma e prazo estabelecidos em Decreto do Poder Executivo.

§ 1º - O não pagamento de quaisquer parcelas nos prazos fixados, importará na imediata exigência do saldo do crédito tributário.

§ 2º - O disposto neste Artigo não enseja a restituição ou compensação de crédito tributário já existente.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei em até 30 (trinta) dias após sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20.05.98.

(aa) LUIZ CARLOS ZUK
BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

Com a edição do novo Código Nacional de Trânsito e a ausência de divulgação suficiente e adequada sobre o mesmo, muitos motoristas foram flagrados em penalidades muito elevadas e não raras vezes impossíveis de serem pagas. Destarte é justo que tais penalidades, apesar de terem que ser pagas, possam receber tratamento de justiça no sentido de ampliação de prazos para quitação e mesmo eventual remissão de multas e ou acréscimo legais decorrentes do ato. De outro lado, cabe aos órgãos responsáveis dar ampla divulgação educacional do Novo Código e de suas repercussões sociais e financeiras.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Não havendo oradores no Pequeno Expediente concedo a palavra no Grande Expediente, ao Deputado José Tavares.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Lamento o gesto deselegante de Vossa Excelência, porque é regimental o Deputado Verificação de Votação. Aliás, eu já estou um tanto magoado com Vossa Excelência porque quando o senhor assumiu a Presidência desta Casa, na ausência do Deputado Aníbal Khury, que pediu a licença para a Casa e comunicou à mesa que viajaria sem custos, dentro de uma forma elegante, Vossa Excelência viajou para o exterior sem comunicar a Casa e sem passar os deveres e as obrigações. Enfim, assumimos os deveres e as obrigações da Assembléia sem que Vossa Excelência tivesse a elegância de comunicar. E, agora, Vossa Excelência comete novamente uma deselegância em não conceder Verificação de Votação como é regimental, pedida por este Deputado.

Portanto, a Ata não está aprovada porque V.Exa. não colocou verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Já concederei, Pela Ordem, a palavra ao ilustre Deputado Luiz Claudio Romanelli. Antes, esta Presidência demonstra que tem aquilo que falta ao ilustre Deputado Neivo Berardin, que é equilíbrio. O Deputado chega atrasado ao Plenário, sem gravata e sem estar decentemente vestido como manda o Regimento Interno. Concedi a palavra extemporânea ao assunto já vencido. E, tenha a certeza, que quando viajamos, passamos àquele que aqui se encontrava, que era o ilustre Luiz Claudio Romanelli, porque Vossa Excelência tem pouco comparecido nesta Casa em todas as sessões.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Vossa Excelência está falando bobagem e abusando...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Vossa Excelência permaneça onde se encontra.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, que estava naquela oportunidade representando este poder.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, gostaria de registrar apenas a posição do nosso ilustre Presidente desta sessão, Deputado Luiz Carlos Zuk. Efetivamente me encontrava na Presidência desta Casa, quando recebi a comunicação do Deputado Luiz Carlos Zuk, que o mesmo viajaria numa mis-

são de estudos a um País da América do Norte, o Canadá. E, registrei como Presidente da Casa a viagem do Exmo. Sr. Presidente, Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Permita-me um instante Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Peço ao ilustre Deputado Neivo Berardin que se contenha nas suas afirmativas, porque o Senhor não é mentiroso. Vossa Excelência está precisando de um tratamento.

Concedo novamente a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Quero registrar que Vossa Excelência cumpriu absolutamente o regimento da Casa. De fato presidi a sessão e Vossa Excelência me comunicou da sua viagem, agindo com absoluta correção, como aliás tem sempre agido na Presidência desta Casa.

Quero fazer, aqui, publicamente o meu reconhecimento ao seu trabalho, de forma digna, com que dirige os trabalhos nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Com a palavra, Pela Ordem ao Deputado Valdir Rossoni.

Agradeço o ilustre Deputado Romanelli que testemunha a este Plenário e a esta Casa, o comportamento que infelizmente não dispõem outros colegas que devem estar assoberbados por outros interesses.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, naturalmente na hora de uma polêmica nem deveria colocar aqui a minha posição porque é natural que vou ferir a interesses. Mas quero, em nome da verdade, também registrar que Vossa Excelência antes de viajar visitou a liderança do Governo e comunicou a este Parlamentar que não poderia estar presente devido a viagem. Quero fazer este registro porque não podemos faltar com a verdade. Sei que deve ser difícil o Deputado Neivo Berardin ouvir isso da minha pessoa mas também não posso deixar de falar aqui o comportamento que Vossa Excelência teve antes da viagem.

Inclusive quero deixar aqui o meu depoimento que estava sentindo falta de Vossa Excelência para presidir esta Casa que tem presidido com tanta competência na falta do Deputado Aníbal Khury.

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Acontece quando afirmo que foi deselegante é porque foi. Porque, pela ordem ocupo o cargo de 2º

vice-Presidente e o Presidente em exercício não pode viajar sem comunicar quem deve substituí-lo. Esta é que é a verdade. Assumi a Presidência aqui sem receber o seu comunicado. Vossa Excelência deve concordar que foi deselegante.

O SR. ROMANELLI (Pela Ordem)

Queria registrar o seguinte, Deputado Neivo Beraldin. Antes de Vossa Excelência falar de novo ouça o que tenho a dizer. O Deputado Zuk resolveu viajar, a missão surgiu de forma imprevisível, Vossa Excelência não se encontrava na Casa e o Deputado Zuk, absolutamente correto, dirigiu-se à Presidência da Casa.

O SR. NEIVO BERARDIN

Não permito que haja Sessão sem quórum...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Mas Vossa Excelência pode permitir o que quiser ou não, quando estiver presidindo a Sessão. No mais, é um Deputado como qualquer outro aqui nesta Casa. Desculpe-me, mas não estou entendendo este arroubo de valentia de Vossa Excelência. O Deputado Zuk está conduzindo a Sessão e temos quórum para deliberar.

O Deputado Tavares está na tribuna esperando para fazer um pronunciamento e estamos aqui discutindo questões.

Vossa Excelência conte os Deputados aqui para ver que tem quórum. Não estou entendendo o comportamento de Vossa Excelência.

O SR. NEIVO BERARDIN

Vossa Excelência faz um discurso...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Declaro o assunto encerrado, pois há quórum suficiente no Plenário, com testemunho dos convidados, da imprensa e de todos que aqui se fazem presentes.

Quero ainda dizer que esta Presidência agiu corretamente, dentro do Regimento Interno, e passamos às mãos do ilustre Deputado Luiz Claudio Romanelli, que sempre terá a nossa consideração na ausência do Deputado Neivo Beraldin.

Concedo a palavra ao Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES

Sr. Presidente, nobres colegas.

Em 1985, quando era Deputado Federal, o Brasil viveu um dos momentos mais importantes da sua história, que foi a eleição do Presidente Tancredo Neves, que, por designios de Deus, acabou nem tomando posse.

Mas a importância daquele momento se deu na medida em que o País vinha de um período de

recessão, a sociedade brasileira organizada com o nosso apoio no Congresso foi derrotada com a tese das diretas e o que restava, na oportunidade, em termos institucionais, era a eleição através do Colégio Eleitoral.

Era um dos 696 eleitores daquele Colégio, que tinha a responsabilidade cívica e patriótica de dar ao povo brasileiro aquele que seria o primeiro presidente civil e democrático do Brasil contemporâneo, após o período de exceção que foi o ex-Presidente Tancredo Neves.

Recordo-me que dado a relevância daquele momento, dado a importância da condição a qual me revestia, de eleitor do Colégio Eleitoral, queria escolher aquele que Governaria o País nos próximos anos. Vali-me de uma condição privilegiada de um dos eleitores daquele Colégio, para conversar com o candidato Tancredo Neves a respeito de uma cidade chamada Londrina e de uma empresa chamada SERCONTEL. Ele me recebeu no seu Gabinete que funcionava nas instalações da Fundação Getúlio Vargas, na Zona Norte de Brasília e me ouviu atentamente no relato que fiz a S.Exa. sobre Londrina e sobre o SERCONTEL. Conteí a ele que para votar no seu nome no Colégio Eleitoral eu precisava da sua garantia, que se eleito fosse, como nós esperávamos - porque tudo indicava sua vitória - que ele tirasse Londrina e o Sercontel que é o nosso serviço de telefonia municipal, de uma situação injusta e absolutamente constrangedora. Que situação era essa, Senhores Deputados? O SERCONTEL, por ser um serviço autárquico municipal, ao lado de uma Companhia Estatal do Rio Grande do Sul, se constituíam nas duas únicas empresas estatais na oportunidade, que não faziam parte do Sistema TELEBRÁS.

Na época predominava a política do monopólio estatal em vários segmentos estratégicos da vida brasileira, dentre eles o segmento da telecomunicação. E por isso mesmo, como forma de pressionar o SERCONTEL, os Ministros Militares da Comunicação dos anos da revolução, todos, indistintamente, pressionavam a nossa autarquia de telefonia de todas as formas. E uma das formas mais eficazes que nós conhecemos era através do boicote, do bloqueio, da sanção de medidas econômicas financeiras. E foi exatamente o que passaram a fazer com o serviço telefônico de Londrina.

Primeiro, não autorizavam uma única expressão sequer. Londrina, naquela oportunidade estava há 12 anos sem instalar um único novo terminal telefônico. Recebia um tratamento especial do Sistema Telebrás e do Ministério das Comunicações, recebendo 75% de todo o tráfego interurbano dessas cidades que detinham sede de comunicação via telefônica e geravam o serviço telefônico de Londrina. Recebia apenas 50%, enquanto as demais empresas de telefonia ligadas ao Sistema Telebrás recebiam

75%. Nós, de Londrina, não aceitando este tipo de posicionamento do regime Militar, nos valem do pouco que havia em termos de estado de direito. Constituímos advogados constitucionalistas de renome nesse país, e entramos com várias ações nos Tribunais Superiores de Brasília, e uma delas foi aquela ação que retinha os cofres do Município de Londrina 25% do total do tráfego interurbano, que somados aos 50% que o sistema já recebia completava os 75%, que nos era de direito, e que infelizmente, por pressão, bloqueio, por sanção injusta no sistema Telebrás o SERCONTEL não recebia. Diante dessa realidade, conversei com o Presidente Tancredo Neves, contei a nossa história, o nosso drama e as injustiças que estávamos vivendo, e ele de pronto nos atendeu, a mim pessoalmente, dizendo que isto era um absurdo, e que assim que ele fosse eleito e empossado, ele determinaria ao seu Ministro das Comunicações, como de fato fez, para que este abuso, esta injustiça incompreendida que os Militares praticavam contra o povo de Londrina, fosse imediatamente eliminado.

Assim que ele foi eleito, e nele eu votei, voltamos a ter uma nova audiência, e nesta oportunidade já se fazia presente o seu Ministro das Comunicações, recém escolhido, Antonio Carlos Magalhães. E uma das raras vezes, em que tive com o Ministro Antonio Carlos Magalhães, por uma questão de justiça, ele foi extremamente correto e justo, atendendo um acordo firmado entre o Presidente Tancredo Neves e este Deputado. Quis o destino que Tancredo morresse, e a história todos nós conhecemos. Mas ao assumir o Presidente José Sarney, dando posse ao Ministério escolhido por Tancredo, foi para o Ministério o Ministro Antonio Carlos Magalhães - para o Ministério das Telecomunicações. Pedi uma audiência a S.Excia. e em seguida relembrei desse compromisso, e ele imediatamente autorizou que fosse agendada uma visita a Londrina, e em companhia do Ministro Antonio Carlos, nós fizemos uma reunião das mais memoráveis na cidade de Londrina - num local conhecido dos deputados da região, o Deputado José Maria conhece, o Deputado Durval Amaral e o Deputado Luiz Carlos Alborghetti também, no restaurante Planalto, e lá oferecemos um almoço, de uma maneira muito sincera, para homenagear Antonio Carlos Magalhães. Fizemos através da colônia baiana, que reside na Cidade de Londrina. E naquela oportunidade Antonio Carlos Magalhães resgatou o compromisso que Tancredo Neves assumia com Londrina e com este deputado, assinando a Portaria, autorizando a expansão telefônica do Município de Londrina também, a elevação do percentual do tráfego interurbano, que Londrina recebia injustamente, tão somente de 50%, para 75%. E determinou também que os 25% depositados em

juízo, fossem imediatamente liberados para o SERCONTEL. E com este dinheiro, o grande Prefeito Wilson Moreira fez a expansão telefônica da Cidade de Londrina, que há 12 anos não se instalava um único telefone.

Foram, Senhor Presidente, 47 mil novos telefones, instalados na gestão de Wilson Moreira, através do SERCONTEL, com essas medidas prontamente atendidas pelo Presidente Tancredo Neves, de saudosa memória e pelo Ministro Antonio Carlos Magalhães. Em função disso, e esta é a razão de eu estar aqui nesta tarde, o SERCONTEL que já era a menina dos olhos de todos aqueles que entendiam de telefonia neste país, passou a ser uma das mais cobiçadas empresas de telefonia do nosso país e da América Latina.

Recentemente, e por tudo isso, o SERCONTEL acaba de firmar uma parceria com uma das empresas mais modelares desse país, que é a Companhia de Energia Elétrica. A COPEL, por decisão sábia, lúcida, equilibrada e com visão do Governador Jaime Lerner, a COPEL passou a partir da quinta-feira da semana passada a se constituir no mais novo parceiro social e econômico da empresa de telefonia londrinense.

A COPEL adquiriu 45% das ações que a Prefeitura de Londrina tinha no SERCONTEL. É hoje a mais nova parceira. Imaginem o que é que vai advir dessa parceria? De uma empresa modelar no ramo da telefonia que é o SERCONTEL, e uma empresa modelar no ramo da energia elétrica que é a COPEL que resultados o povo de Londrina e o povo do Paraná podem esperar? Sem dúvida alguma, no momento em que o mundo está se globalizando, o Paraná dá mais um grande passo e um grande exemplo à economia, sobretudo, da América Latina, em dois extraordinários ramos da economia mundial que são os ramos da energia elétrica e da telecomunicação.

Por isso que venho à tribuna esta tarde, para fazer esse registro. Para, em primeiro lugar, agradecer e cumprimentar o Governador do Estado o arquiteto Jaime Lerner. Ele foi sensível autorizando a COPEL a firmar essa parceria com os serviços telefônicos de Londrina. Agradecer o Prefeito Antonio Belinatti que foi um outro parceiro ao lado de Jaime Lerner, nada disso teria acontecido. Mas, por uma questão de justiça, nós vivemos fazendo justiça para as pessoas, até por um dever de gratidão e de grandeza, quero também dizer que, nada disso teria acontecido se não fosse a seriedade no cumprimento de compromissos como foi a postura do Presidente Tancredo Neves. E, nada também seria possível se não fosse a visão do então Prefeito Wilson Moreira. Do seu vice-Prefeito Délio César, do Dr. Nivaldo Gotti então superintendente do SERCONTEL é um dos mais renomados advogados

da cidade de Londrina, a quem tanto Londrina deve, para que o SERCONTEL pudesse estar vivendo os dias de glória que está vivendo hoje.

Finalmente aos técnicos qualificadíssimos do SERCONTEL. Aos funcionários do SERCONTEL que sempre procuraram conduzir aquela empresa com amor. Aí está o grande resultado. Num país que está privatizando muitas de suas áreas e de suas instituições, é uma prova de que, nem tudo deve ser privatizado, porque o SERCONTEL é uma estatal e a COPEL também. São dois grandes exemplos de sucesso, de gestão, graças aos seus técnicos e seus funcionários.

Era esse o registro que queria fazer nessa tarde.

O Sr. Irineu Colombo

Permite-me um aparte, Deputado José Tavares?

(Assentimento)

Conheci o laboratório central de pesquisa e desenvolvimento da UFPR (Universidade Federal do Paraná) em convênio com a COPEL; também o SIMEPAR (Sistema Meteorológico do Paraná). Eles possuem pesquisas que não conseguimos imaginar que existam. Por exemplo: um sistema que, se faltar energia elétrica em casa, um aparelho conectado a tomada, disca para uma central que aparece imediatamente em um computador, indicando qual é a região que está faltando energia elétrica. Ou seja, antes que a pessoa ligue e avise por telefone, ele indica qual é o problema e o tempo provável para arrumar a situação. Serviço de informação de precipitação, de raios, de ventos e chuvas poderão ser disponibilizados mediante o SIMEPAR, empresa de telecomunicações para a Internet, informações distribuída à vontade, atualizada de meia em meia hora. Tem condições hoje no Paraná de se saber se em meia hora vai ter alagamento naquela casa, com determinado nível ou não, para fazer a retirada da população. Os técnicos que trabalham nesses setores, diretores, pesquisadores, doutores, etc., dizem que acaba se for privatizado, porque são pesquisas, desenvolvimento tecnológicos de médio prazo, de recursos que vêm a médio e longo prazo e a lógica da privatização é a curto prazo.

Quero enfatizar essa fala, dizendo que tanto a COPEL como tantas outras empresas que têm tanto a dar e a pesquisar e desenvolver, sobretudo, tecnologias apropriadas àquelas que compensam o desemprego de outras tecnologias, porque têm setores da economia que têm demanda de ocupação mas não estão tecnificados e têm outros setores que uma máquina resolve, estão desempregando gente. Então, se investe tecnologia aqui mas aqui temos tecnologia apropriada para absorver essa mão de obra que vai ser liberada. Eu conheci o LAC e seria

recomendável que todo mundo conhecesse, conhecessem as instituições do Paraná. Eu que já conheci o CEFET, sou professor do CEFET, mas quero dizer, essas empresas públicas, cooperações entre as empresas são salutares, minimizam o esforço, mas não podemos permitir que sejam privatizadas ao bel prazer do lucro a todo o custo, sob pena de o povo em geral ter perda significativa a médio prazo, não a curto prazo. Alguns benefícios com a privatização, tem muita gente que vê a curtíssimo prazo. Pequenos benefícios, mas temos que começar a medir os benefícios que perderemos em casos de privatizações a médio prazo.

Obrigado. Era essa a contribuição.

O SR. JOSÉ TAVARES:

Agradeço a Vossa Excelência a sua contribuição e incorporo o seu pronunciamento ao meu discurso.

Para concluir: eu não poderia deixar de vir à tribuna fazer esse registro. Tenho motivo de orgulho por tudo isso que está acontecendo na cidade de Londrina, porque de alguma maneira, demos efetivamente a nossa contribuição. Se naquela oportunidade não tivesse me valido daquela condição privilegiadíssima, graças ao povo do Paraná como Deputado Federal e eleitor do Colégio Eleitoral para negociar, no sentido elevado da palavra, com o candidato Tancredo Neves, a solução desta injustiça, a remoção dessa injustiça que vinha sendo praticada contra a cidade de Londrina, nada disso teria sido possível.

Da importância de tudo isso, vou apenas dar o número: a Prefeitura de Londrina, o Sercontel, encomendou o serviço de uma consultoria para fazer uma avaliação no seu patrimônio. Foi avaliado, para poder discutir com a COPEL, a venda de parte das suas ações (para a COPEL ser a parceira), foi avaliado e 270 milhões de reais. Desses 270 milhões, o Sercontel captou com ágio de 30%, 186 milhões, só pelos 45% que vendeu das ações que a Prefeitura de Londrina detinha sobre a Sociedade Sercontel.

Então vejam Vossas Excelências, que benefício para a cidade de Londrina e para a região, tudo isso acabou gerando. São 186 milhões de reais que o Sercontel captou, sendo 166 à vista, através da venda das suas ações da COPEL e o município continua detendo absolutamente o controle acionário da empresa e continua sendo uma empresa estatal.

Sem dúvida alguma, foi um extraordinário negócio para o Paraná e por isso como homem de Londrina, parabeno e agradeço o governador Jaime Lerner pela sua visão de ter autorizado, talvez a nossa principal estatal, a fazer esta interessante parceria com o Sercontel e ao Prefeito Antonio Belinati que é o dirigente maior do município, que

também foi sensível a este momento e autorizou o Sercontel a negociar parte de suas ações, parte do seu controle acionário, com a Empresa Paranaense de Energia Elétrica.

Portanto, é momento de orgulho e alegria e é por esta razão que eu venho fazer este registro nesta tarde, Senhor Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Antes de conceder a palavra ao Deputado Dr. Rosinha, é com satisfação que em nome do Deputado Takayama, registramos a presença entre nós do ilustre Pastor José Poline - de Ponta Grossa, que é o Secretário das Missões no Estado do Paraná e ainda o Presidente de Obras Sociais do Nosso Estado.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero registrar a presença do ilustre vereador de Quedas do Iguaçu, Tomás de Melo, que é vice-presidente daquela Casa de Leis. E também do futuro Deputado Estadual pelo Oeste do Paraná, ex-Prefeito de Marechal Cândido Rondon, nosso companheiro Ademir Bier.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

Apenas para registrar a presença de um nosso companheiro, ex-Deputado Acir Mezzadri.

O SR. AUGUSTINHO (Pela Ordem)

Gostaria de registrar a presença do vereador e presidente da Câmara de Realeza, Noemar Rampanelli e também do Vereador Zulmair Zucchi, meu irmão, que também é de Realeza, e está acompanhando a Sessão, hoje, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

A mesa registra as presenças mencionadas na tarde de hoje. Antes de conceder a palavra ao Deputado Dr. Rosinha, essa Mesa Executiva recebe do Ilustre vice-Presidente Neivo Beraldin, um requerimento que já antevemos sua resposta. A nossa viagem foi feita aos países do Canadá e Estados Unidos sem ônus algum a este Poder. E será, ele, através de uma correspondência da Mesa Executiva, que já está tomando as providências de ser esclarecido à sua pessoa e, principalmente, aos seus interesses. E gostaria de agora em diante dizer que nada temos contra o Deputado e se passamos, mais uma vez, a Presidência ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, foi porque vossa pessoa não estava neste Poder. E aqui se encontrava o outro vice-presidente o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

No entanto, quero lembrar a V. Exa. que o nosso Presidente Aníbal Khury, encaminhou, ofici-

almente, um requerimento à mesa comunicando que iria ausentar-se deste País e que não haveria custos para o Poder Legislativo e, ao mesmo tempo, chamou V. Exa. e passou os deveres e a função de Presidente. E esta assessoria, a assessoria da Casa, todos que perguntamos, todos nos diziam que V. Exa. estava viajando pelo interior fazendo campanha. Eu, como segundo vice-presidente, não fui comunicado. Está aí toda assessoria da Casa que ficou com os processos todos acumulados porque V. Exa. resolveu viajar, simplesmente, como Presidente, e deixar a Casa sem ter alguém respondendo oficialmente por ela.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Vou passar às suas mãos uma cópia do Regimento Interno para que vossa pessoa seja esclarecida. Que nenhum Deputado deste Poder precisa de autorização da Casa para se ausentar do País, a não ser em missão oficial pública do Poder Legislativo. V. Exa. realmente continua extemporâneo ao assunto e o assunto está encerrado.

Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O que me traz à tribuna é uma denúncia que chegou ao nosso conhecimento, de irregularidades que estão ocorrendo no Colégio Agrícola Lysimaco Ferreira da Costa na Cidade de Rio Negro. Segundo informações de professores que dão aula, ou deram aula naquele colégio, funcionários fantasmas, um deles de nome Rodrigo José Miranda, filho da supervisora e ex-diretora do colégio, que tem a função na escola, de professor, porém nunca apareceu para dar sequer uma aula.

E dizem esses professores, que esse cidadão não tem nem a formação profissional ou a competência para dar aula neste colégio. Essas denúncias já foram encaminhadas ao núcleo da região, como também foram encaminhadas no mês passado à Ouvidoria Geral do Estado. E impacientes com a demora da resolução trouxeram, para que fizéssemos uso nesta tribuna, para ver se o Estado toma providências colocando um fim a essas irregularidades.

O outro, funcionário fantasma, que está na folha da pagamento, segundo eles, é Terezinha Rutes, que tem o cargo de inspetora de aluno, mas trabalha no comércio local na cidade de Rio Negro, também não comparecendo à escola.

Existe hoje no colégio, em função do PROEN, somente turmas de 3º ano, porém é mantido a grade de 2º ano, e ali são encaixados profissionais que não existem para dar aulas, porque a matéria já não existe mais em função da própria reforma do Estado.

Queremos desta tribuna, solicitar ao Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo, para que apure essas denúncias, para que possa ser esclarecida à comunidade do colégio, à comunidade de Rio Negro, principalmente àquela ligada ao Colégio Agrícola Lysimaco Ferreira, na cidade de Rio Negro.

Não pode, quando qualquer denúncia chega ao Órgão que deveria fiscalizar, que deveria investigar, serem colocados na gaveta, como dizem esses professores, que lá está ocorrendo. Irregularidades essas, que não surgiram este ano. Este colégio, nos últimos anos têm sido cometido pela sua administração, segundo esses professores, inúmeras irregularidades. Porém, quando fazem a denúncia ou quando cobram a solução, o que ocorre, é que eles são punidos, e são afastados do colégio, e no entanto, o agente que está cometendo a irregularidade continua impune e ainda tendo respaldo em órgãos superiores.

O Sr. Valdir Rossoni

Permite-me um aparte, Deputado Rosinha?

O DR. ROSINHA

Se a mesa permitir, porque estou no Pequeno Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Concedo aparte ao Deputado Valdir Rossoni, que usará parte de alguns minutos da Liderança.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Rosinha, coloco-me à disposição de V. Exa., para que se possível V. Exa. me encaminhasse documentação, e farei uso também das notas taquigráficas para encaminhar ao Secretário de Educação, para que este tome as providências cabíveis para o caso. Pode ter certeza absoluta que não é do conhecimento do Secretário de Educação e tomaremos as providências, se necessário for, em cima desta questão levantada por V. Exa.

O DR. ROSINHA

Agradeço a intervenção do Deputado líder do Governo, e logo em seguida passarei, em mãos, cópia do material que chegou via fax, até o nosso gabinete, e inclusive cópia do release que passei para a imprensa hoje.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Com a palavra o ilustre Deputado Orlando Pessuti, último orador inscrito.

O Sr. Orlando Pessuti

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente também em nome da Bancada do PMDB quero registrar com satisfação e me congra-

tular com a presença do Ademir Bier, nosso companheiro e ex-Prefeito de Marechal Cândido Rondon, e certamente nosso futuro colega de Parlamento aqui na Assembléia Legislativa, pela Bancada do PMDB. E a presença do Deputado Acir Mezzadri também é motivo de satisfação para todos os Parlamentares, em especial a nossa Bancada Peemedebista.

Sr. Presidente, eu gostaria de ler um artigo da seção notas, da Folha do Paraná, edição Folha de Londrina, de um valoroso companheiro nosso também Peemedebista, ex-Prefeito de Cambé, O Dr. Gilberto B. Martin, que certamente também estará conosco aqui no ano que vem na condição de Deputado Estadual. (Lê):

"Pedágio e SUS

O SUS paga R\$2,04 por consulta médica, fato do conhecimento de qualquer pessoa medianamente informada. O governo do Estado institui (ou melhor, impõe, já que parece não estar levando muito em conta a opinião pública) pedágios espalhados pelas estradas do Paraná, que cobrarão cerca de R\$3,60 cada vez que um veículo pequeno passar por um dos seus guichês, na ida e na volta, sem falar nos caminhões, que pagarão por eixo. Por exemplo, para ir e voltar de Londrina a Maringá, um carro pequeno pagará cerca de R\$14 ou o trabalho de um médico para atender cerca de sete consultas pelo SUS.

Ao que parece, para nosso governo uma consulta médica tem menor valor financeiro e, menor importância do que aquilo que devem faturar as famosas concessionárias que explorarão nossas estradas públicas, porque foram construídas com dinheiro dos cidadãos.

Gilberto Berguio Martin, Cambé."

Faço este simples registro para que a Casa saiba, pelo menos, que no Paraná o custo do pedágio será maior do que aquilo que se paga por uma consulta médica pelo SUS.

Uma outra questão que quero abordar neste momento é em meu nome e da Bancada do Partido que lidero nesta Casa, o PMDB, manifestar a nossa inteira solidariedade aos professores, aos funcionários, aos alunos, da Universidade Federal do Paraná, das Universidades Federais deste País, a nossa solidariedade maior aos professores que se encontram em greve neste momento. E faço isso porque na realidade não tem sentido, na minha visão, o descaso com que o Governo Federal vem tratando o problema das Universidades Públicas Federais do nosso País, corte orçamentário, diminuição no número de professores, já que não se promoveu a necessária reposição de professores, salários defasados, cortes nos programas de bolsas,

tanto para estudantes como para professores que buscam uma especialização. Enfim, falta de recursos para o trabalho de laboratório, para o trabalho de pesquisas. Então, neste momento, quero registrar, aqui, em meu nome e em nome da Bancada do PMDB, a nossa solidariedade aos professores da Universidade Federal do Paraná, e todo o nosso empenho junto aos Deputados Federais, junto aos Senadores Paranaenses para que eles continuem intercedendo, já que intercedendo estão, junto ao Ministro da Educação, Paulo Renato, no sentido de que tenhamos ampliada a base de conversação, tenhamos ampliado a possibilidade de um diálogo efetivo entre os líderes do movimento grevista e os líderes do Ministério da Educação e do Presidente Fernando Henrique, para que possamos chegar ao final desse impasse que daqui a pouco, evidentemente, começa a causar transtornos a toda sociedade, em especial aos alunos.

Mas, que fique registrado aqui o nosso voto de louvor, a nossa solidariedade ao movimento conduzido pelos professores da Universidade Federal do Paraná, que buscam melhores e maiores recursos para as Universidades Públicas, que buscam...

Sr. Presidente, passo a falar no horário do PMDB.

Melhores e maiores condições de trabalho e maiores e melhores condições de ensino aos nossos acadêmicos. Aos professores da Universidade Federal do Paraná, a nossa solidariedade.

O terceiro assunto que me traz à tribuna no dia de hoje, é um assunto que está estampado na primeira página de diversos jornais - e trago aqui o jornal "Gazeta do Povo", um dos jornais mais importantes do nosso Estado.

Não poderia deixar, Senhor Presidente, na condição de integrante do Bloco Municipalista da Assembléia Legislativa - e estando o mesmo sob a Presidência do nosso colega de Bancada, o ilustre Deputado Toti Colaço - de vir aqui e registrar na tribuna da Assembléia, a forma deselegante, a forma vexatória, arbitrária e violenta com que o Presidente da República, Senador Antônio Carlos Magalhães, recebeu no dia de ontem os Prefeitos de todo o Brasil.

É um absurdo que nós, após dezenas de anos de termos saído do arbítrio da ditadura militar neste País, ainda tenhamos que assistir cenas como esta, onde Prefeitos legitimamente eleitos pelo seu povo, vão à Capital Federal discutir melhores condições de gerenciamento para os seus municípios e lá são recebidos por policiais, por soldados com fuzis e baionetas à porta. É lamentável que neste País, onde a democracia foi buscada pelo sangue e pelas lágrimas de muitos companheiros, tenhamos que assistir cenas como esta.

E o que foram lá buscar estes Prefeitos Municipais? Foram lá reivindicar que as dívidas dos municípios possam ser também roladas em trinta anos, como estão sendo roladas as dívidas dos Estados e as dívidas dos Bancos. Será que é injusto reivindicar isto? Foram lá pedir uma ampliação dos recursos repassados aos municípios através do Fundo de Participação dos Municípios, foram lá pedir que se crie uma 13ª parcela do ICMS, foram lá pedir que 100% do IPVA hoje arrecadado fique para os municípios - e não apenas 50% - foram lá reivindicar que a conversão dos valores recolhidos à Previdência Federal, INSS, seja passada aos municípios no caso dos funcionários municipais que passaram a pertencer a um Fundo de Previdência próprio do município.

Nada de inconveniente, nada de absurdo, nada de imoral foram reivindicar os Senhores Prefeitos Municipais, e no entanto foram recebidos com fuzil e baioneta, quando tentaram adentrar as dependências do Palácio do Planalto para serem recebidos e ouvirem a mensagem do Presidente que lá está, o Antônio Carlos Magalhães.

É lamentável que isto ainda aconteça em nosso País, é lamentável que isto esteja acontecendo com os nossos Prefeitos Municipais que lá foram para reivindicar melhores condições de gerenciamento e conseqüentemente melhores condições de vida para todos os paranaenses e brasileiros.

Era isso, Senhor Presidente.

Muito obrigado pela atenção e faço estes registros em nome da minha Bancada, o PMDB.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor Presidente, gostaria de registrar com satisfação, a presença do Doutor Afonso Martins, Delegado do PPB de Jaboticabal, Estado de São Paulo; Doutor Ricardo Martins, vice-Presidente do PPB, também de Jaboticabal; Osmany César Campê, Delegado do PPB de Batatais, Estado de São Paulo; todos Diretores da Faculdade de Educação São Luiz, de Jaboticabal.

Eles nos visitam aqui e já estiveram em contato conosco antes, e estão tratando de assuntos de interesse da Faculdade na nossa Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

Gostaria, em nome da Casa, contando com o apoio de Vossa Excelência, transmitir aos nossos visitantes as honras da Casa e a satisfação imensa de receber aqui os Diretores da Faculdade de Ensino de Jaboticabal, que nos visitam nesta tarde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

A Mesa Executiva se associa com as ilustres visitas e coloca este Poder ao inteiro dispor, como também a Secretaria de Educação deste Estado, e

além do mais, se desejarem, após o término da sessão - acredito e tenho certeza que todos os componentes desse Poder - terão a honra e a satisfação de conversar e trocar conhecimentos com vossas pessoas.

É uma honra a esse Poder tê-los aqui.

Concedo a palavra, no Horário das Lideranças, ao Deputado Nerone.

O SR. EMERSON NERONE

Senhor Presidente, apenas para registrar o lançamento ontem em Maringá, do livro "Espaços", de Antônio Facci, que foi Deputado Estadual por duas vezes na década de 70; foi por duas vezes Vereador de Maringá anteriormente; depois Presidente-Diretor da Câmara Municipal de Maringá, no meu período como Vereador, em 93/94. Veio à saudação a toda a Assembléia Legislativa, com o livro, à pessoa do Presidente. Posteriormente entreguei, dando essa congratulação desse momento histórico da vida de Antônio Facci, que é um exemplo de político que manteve a retidão em toda a sua vida pública e reconhecidamente mantém o respeito em toda a comunidade de Maringá hoje.

É interessantíssimo registrarmos isso porque Antônio Facci é um homem que, de "boca cheia" dá para falar, que foi um Deputado que honrou a vida pública em todos os momentos em que esteve neste Parlamento, na Câmara Municipal, depois como Diretor Geral da Câmara Municipal, um cartorário que mantém ainda hoje um pequeno cartório na Cidade de Maringá. Apenas para manter o registro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

A Mesa também identifica nas palavras do Deputado Nerone, o testemunho deste Presidente, pois tive a satisfação de, na primeira vez que fui Deputado Estadual em 1974, dividir com Antônio Facci uma dessas cadeiras desse Plenário; e realmente além de honrar o seu domicílio de Maringá, sobremaneira ajudou o Estado do Paraná a chegar ao ponto que se encontra hoje, com a sua inteligência, a sua participação, e principalmente com o seu discernimento de família do Estado.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Edson Silva Lino, no Horário do PTB.

O SR. EDSON SILVA LINO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Lamentavelmente, é pela terceira vez que ocupo a tribuna num curto espaço de tempo, para tratar de um assunto polêmico, desgastante, que ocorre no Vale do Ivaí, precisamente na minha querida Cidade de Faxinal.

É a respeito do Delegado de Polícia, o Dr. Gerson de Almeida, que torturou pessoas naquela Comarca de Faxinal, e que por várias vezes tenho me pronunciado e pedido às autoridades competentes a sua transferência daquela cidade.

Não tenho, Senhor Presidente, em momento algum, indicado o nome de alguém para o substituir, não tenho em momento algum feito indicação política para que ocupasse um amigo, um outro Delegado no lugar daquele Delegado. Tenho feito, sim, em defesa do povo de Faxinal, em defesa do povo da Comarca de Faxinal, que é oprimido por aquele opressor que tortura as pessoas na Delegacia.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Perdoe-me, Deputado Edson Silva Lino, que faz uso da tribuna novamente para denunciar um fato lamentável, desagradável.

Senhor Presidente, quero justificar este pedido, Pela Ordem, porque na realidade não desejo fazer aparte ao orador que faz uso da palavra. Desejo, isto sim, fazer uma pergunta à Mesa Executiva da Assembléia: um Deputado Estadual em que pese qualquer diferença política, é um Deputado Estadual com mandato popular, eleito pelos eleitores do Estado do Paraná, já veio - não conheço o fato na sua íntegra - fazer uma denúncia grave a respeito de um funcionário público do Estado do Paraná, responsável pela segurança dos cidadãos, levantando acusações gravíssimas de um Delegado, ameaça à vida de um Deputado e de seus familiares, sem falar no que escutei em outro pronunciamento do Deputado Edson Silva Lino, das ameaças que são correntes para os cidadãos comuns da região onde está o caso.

Gostaria de saber de Vossa Excelência - não sei se Vossa Excelência estava dirigindo a Assembléia, quando pela primeira vez eu estava lá na tribuna da imprensa, percebi o pronunciamento do Deputado Edson Silva Lino, da Comissão da Assembléia Legislativa, tomaram alguma providência em relação a essas denúncias?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Deputado Edson Silva Lino, respondendo a inquirição de Vossa Excelência, nós que ocupávamos naquela oportunidade a Presidência, no mesmo dia remetemos a Sua Excelência o Secretário

de Estado Dr. Tanuri, a posição na qual o Deputado relatava.

Anunciamos que o atual Presidente, titular, Anibal Khury, já está fazendo com que todas as diligências que Vossa Excelência, neste instante reclama, sejam tomadas, além daquele ofício que a Mesa Executiva, na oportunidade, já mandou o Secretário, bem como o Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, que demonstrava a sua imparcialidade no trato dos Senhores Parlamentares nesta Casa, se associou, naquela oportunidade, à Mesa Executiva, e também junto ao Secretário, já se posicionou sobre essa ameaça contra o Deputado Edson Silva Lino.

Concedo a palavra, Pela Ordem, ao Deputado Valdir Rossoni, e logo em seguida devolvo ao orador que está inscrito no Horário das Lideranças.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Quando o Deputado Edson Silva Lino levantou esta questão aqui, na semana passada se não me falha a memória, tomamos as providências e levamos ao conhecimento do Chefe da Casa Civil, Dr. Cândido Martins de Oliveira. E ontem, conversando com ele, nos colocou que estava tomando todas as providências.

Esta é a nossa posição e a que tínhamos assumido com Vossa Excelência, e por isso, estou esclarecendo. O Secretário da Casa Civil, Cândido Martins de Oliveira, está tomando as providências para que a questão seja resolvida.

Quero concordar com o Deputado Ângelo Vanhoni, de que se pode tomar uma atitude pela Comissão de Direitos Humanos desta Casa, presidida pelo Deputado José Tavares, para que se faça uma investigação sobre a questão, porque não podemos, de forma nenhuma, concordar que um Parlamentar seja ameaçado no seu direito de defender ou fiscalizar a ação do homem público.

Este é o papel do Deputado e eu, como Líder do Governo, quero me somar ao Deputado Edson Silva Lino, e dizer que as providências estão sendo tomadas. Quero dizer a Vossa Excelência que agirei com todo o rigor possível, usando do cargo que me atribuíram, para que Vossa Excelência seja respeitado.

O Sr. José Tavares

Vossa Excelência me permite?

(Assentimento)

Quero informar a Vossa Excelência, ao Líder do Governo e a esta Casa, que a Comissão de Direitos Humanos já foi convocada, pelo Deputado que está na tribuna, formalmente.

Na reunião da semana passada, já distribuímos para um colega, membro da Comissão, o processo que mandamos autuar nos termos do

Regimento para as providências cabíveis, junto às autoridades constituídas.

Assim que recebermos essas informações, as passaremos ao Deputado Edson Silva Lino e daremos conhecimento à Casa das providências que tomamos junto ao Governo.

O SR. EDSON SILVA LINO

Obrigado pelo aparte, nobre Deputado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que não entendo e gostaria, na continuação, de indagar o meu líder, de fato, nesta Casa, Deputado Valdir Rossoni, a quem tenho profundo respeito e admiração, o que é que está acontecendo na segurança do nosso Estado?

Esse Delegado a quem faço denúncias gravíssimas a respeito dele, que trouxe denúncias com atestado, tenho aqui um atestado que diz o seguinte: "atestamos que nesta data compareceu ao hospital, às 16:45 h., o Sr. José R. de Oliveira, que por sua solicitação submeteu-se a exame físico, onde foram constatadas as seguintes lesões corporais: contusões com escoriações na região supraclavicular direita, com mais ou menos 8 cm de comprimento por 2 cm de largura; contusões com escoriações no hemi-tórax direito, região do hipocôndrio direito com 4 cm de comprimento. Escoriações na região peitoral direita com aspecto filoforme com mais ou menos 10 cm de comprimento. Contusão com escoriação na região lombar esquerda com mais ou menos 6 cm de comprimento. Mais escoriações na região escapular posterior esquerda. Assinam os Drs. Benedito Pires Cordeiro Filho - MD. CRM 216-PR e Djalma M. da Silva, MD. CRM 16.400-PR".

Pois bem, trouxemos esta denúncia à Assembleia Legislativa, falamos aqui, naquela época, na emissora de rádio da qual sou proprietário, recebi, num domingo, 704 cartas. Recebo até hoje inúmeras cartas, por semana, pedindo a transferência do Delegado. Pessoas compareceram após essa denúncia, na emissora, e levaram também o cidadão por nome de Carlos Alfredo Larsen. Levou também um atestado médico que tenho aqui, também de lesões corporais, com a data de 27/09/95, do Hospital São Luiz, assinado pelo Dr. Rachid, o médico da cidade.

Diz o seguinte o atestado: "examinando em 27/09/95 o Sr. Carlos Alfredo Larsen, constatei ademais hipertrófico de posterior mole na base do tórax, confirmado conforme radiografia". Este atestado vem assinado pelo médico e veio acompanhado de uma carta, o cidadão contando a história de tortura que ele sofreu na Delegacia. Não é este que denunciei a primeira vez.

Aparece outro cidadão e junto com o atestado ele traz um bilhete do Delegado, endereçado a um comerciante daquela cidade chamado Haroldo, que

diz o seguinte: "Haroldo, favor entregar ao Sr. Carlos Alfredo Larsen um pacote de arroz tipo 2, um litro de óleo, um pacote de sal e um pacote de macarrão". O cidadão Larsen diz aqui na carta que o Delegado deu R\$5,00 para ele, obrigou-o a pegar na Delegacia, para se calar e deu este bilhete para que ele fosse nesta casa de comércio comprar esta cesta básica. Isso para que ele se calasse. Caso ele não se calasse, iria parar no fundo do lago Saracura, onde dezenas de pessoas, como já relatei, já pararam, e tenho os nomes aqui, e os crimes não foram elucidados.

Portanto, tenho o atestado médico que diz da tortura, em 95, do mesmo Delegado, a carta do cidadão torturado, o bilhete em que o Delegado tentou comprar, calar a voz do pobre inocente, coitado, que apanhou na Delegacia, para não denunciar. Esse mesmo Delegado depois cometeu essa tortura com o cidadão José Raider.

Mas o que mais me causa estranheza é que esse mesmo Delegado aparece hoje nas páginas dos jornais da região, a Tribuna do Norte, sendo promovido: "delegado de Faxinal recebe promoção".

As pessoas que torturam merecem receber promoção? Pois bem, aqui diz que ele foi promovido: "Dr. Gerson de Almeida Santos, de Faxinal, que passou de 4ª para 3ª classe". Outros foram promovidos, o Governador os promove, mas estou falando do Dr. Gerson. Pois bem, diz aqui o jornal que ele recebeu esta notícia do Dr. Braga, Diretor da Polícia Civil. E o Dr. Braga falava nos dois jornais - ele garantiu que no momento não estuda nenhuma alteração dos quadros das subdivisões do interior, pois a situação está tranqüila.

Vejam bem, Senhores Deputados, a situação realmente está tranqüila naquela cidade, quando dezenas de crimes não são elucidados, quando pessoas são torturadas, quando o Delegado ameaça o Deputado.

Gostaria de perguntar ao Líder do Governo, gostaria de saber se o Governador Jaime Lerner sabe dessa situação de Faxinal, se Vossa Excelência não contou ao Governador Jaime Lerner, aquele ao qual o senhor dá sustentação na Assembléia, e julgo ser um homem que não compactue, não concorda com essas atrocidades cometidas.

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado Edson Silva Lino, Vossa Excelência sabe muito bem da postura do Governador Jaime Lerner. Jamais ele concordaria com uma atitude desta maneira. É claro que o Governador Jaime Lerner não pode estar preocupado ou cuidando de questões de Delegado. É claro que a questão se agravou.

Se por uma eventualidade o Secretário de Segurança não tomar as medidas cabíveis para o

caso, terei que levar a questão ao Governador. Mas quero deixar aqui que quanto a esta notícia veiculada nos jornais da região, é claro que o que pode estar acontecendo é que o Delegado está preparando a sua saída da região, para não sair transferido de lá, naturalmente, quero acreditar que ele está plantando notícias para não sair de uma forma que não venha ser conveniente para ele.

Então, quero acreditar que esta nota que está nos jornais não seja verdadeira. Mas tão logo termine a Sessão, prestarei todas as informações para Vossa Excelência. Já estou em contato com o Secretário de Segurança, e vamos conversar após a Sessão.

O SR. EDSON SILVA LINO

Conclamo ao Líder do Governo que tome as providências necessárias, que leve ao conhecimento do Governador. Não acredito que ele saiba e fique quieto. E se os seus Secretários chegarem ao cúmulo da incompetência de não tomarem providências diante de tantas denúncias aqui nesta Casa, ou esta Casa não tem nenhum valor junto ao Governador, junto ao Secretário, ou a voz não sai daqui, não soa lá fora.

Portanto, temos que nos envergonhar de sermos Deputados, a partir do momento que não formos respeitados.

Não estou fazendo nenhuma indicação política, os senhores sabem que não estou indicando nenhum Delegado.

Há poucos dias, Vossa Excelência é testemunha, deve ter ouvido na reunião, quando os jornalistas questionavam o Governo do Estado, seu secretariado e a Polícia Militar, a respeito da segurança do nosso Estado.

Ouvi uma frase do nosso competente jornalista Umazar, quando ele dizia que a hipocrisia é uma homenagem e que o vício presta a virtude. Achei fundamental a frase dita por aquele jornalista naquela ocasião.

Não posso me calar, não sou hipócrita, não posso fingir que está tudo bem na Cidade de Faxinal. Não é pelo problema político, o desgaste não é meu, Deputado Valdir Rossoni, o desgaste é do Governo. Na medida em que aquela população ver na Cidade de Faxinal, ler os jornais o desgaste do Deputado Miltinho Puppio que representa aquela cidade, o desgaste será dele. Não me desgastarei, porque se preciso for, todos os dias, na minha emissora de rádio, vou questionar, até que esse Delegado ditador, torturador, seja transferido daquela cidade, com ou sem promoção.

O Sr. Augustinho Zucchi

Deputado Edson Lino, não vou ater meu aparte ao pronunciamento que Vossa Excelência está fazendo, especificamente sendo já a terceira vez

que Vossa Excelência coloca esse assunto em discussão aqui na Casa.

Mas quero pedir ao Deputado Romanelli, que assume neste momento a Sessão, de fazer apenas um comparativo rápido, para que tenhamos condições de tomar uma posição com relação a esse assunto.

Acho que a questão do Delegado, especificamente, já está colocada a posição do Deputado Edson Lino, porque ele não reivindica colocar alguém ligado politicamente a ele. Então, ele está falando dessa questão com isenção. A questão do Governo que tenha a condição de trocar o Delegado, na minha opinião, devemos tratar da forma como o Deputado Edson Lino está fazendo com o Líder do Governo, Valdir Rossoni, com que já tivemos oportunidade de conversar.

Mas, Deputado Luiz Claudio Romanelli, nós que andamos por aí, que todos somos passíveis de ameaças, podemos sofrer ameaças de qualquer cidadão, alguns, podemos resolver isso na justiça comum, outros, quem sabe, com alguns companheiros que venham apaziguar tal fato. Mas, em nome do Poder Legislativo, e por isso conclamo Vossa Excelência que preside a Sessão, temos que tomar uma posição em nome do Poder Legislativo, porque Deputado nenhum pode sofrer ameaça de funcionário público, ainda mais quando ele está em cargo público, responsável pela segurança, de qualquer município que seja.

Então, temos que tomar uma posição para que, em primeiro lugar, seja afastado o Delegado, por ameaçar um Deputado desta casa, por fazer ameaça tácita à segurança do Deputado Edson Silva Lino e de seus familiares.

Em segundo lugar, solicitar ao Governo do Estado, em nome do Poder Legislativo, que sejam averiguadas todas as denúncias aqui efetivadas, com relação ao seu procedimento naquela Delegacia Municipal.

São duas atitudes que devemos tomar, não ao Poder Legislativo, mas exclusivamente a nossa função. Porque embora passageiro, qualquer Deputado aqui, mas a função de Parlamentar deve ser preservada pela Casa, e essa é uma função também da Mesa Executiva.

Muito obrigado.

O SR. EDSON SILVA LINO

Não estou preocupado com a minha integridade física, com ameaças que fazem, porque não tenho medo de homem nenhum neste mundo, ando por aí e não tenho capangas, eu e mais eu. Não tenho preocupação, não tenho medo de vagabundo nenhum.

Portanto, a minha preocupação é com o povo de Faxinal, que está sendo torturado. Se a Casa não

se preocupa com a integridade do Deputado, também não tenho preocupação nenhuma, mas tenho a obrigação de me preocupar com aquela população que tem documentos que comprovam que eles foram torturados.

Concedo a palavra, em aparte, ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Queria dizer a Vossa Excelência, que a sua denúncia causa preocupação.

Ontem, ao ler um jornal, um dos mais brilhantes Delegados de Polícia do meu Estado disse ao jornal "Hora H" que ele não era como a classe política, que ele, quando prometia, cumpria. Quando li aquilo, Deputado Edson Lino, a revolta foi grande! Fui a televisão e disse a ele que ele não tinha o direito de agredir o Governador do Estado, de agredir os Deputados deste Parlamento. Porque defendo este Parlamento! Não admito quem quer que seja que agrida este Parlamento! Podemos divergir de idéias, somos aqui vários Partidos Políticos - o PT tem as suas idéias e as suas convicções, o PMDB, o PFL, o PDT, o PL, o PFL, todos os Partidos Políticos!

E o Doutor Kioshe me telefonou depois: "Olha, me perdoa! Não sei, fui mal entendido". Disse a ele: "O senhor não pode agredir a classe política! Como é que o senhor pode provar que o Deputado Orlando Pessuti, que dá a sua vida pelo municipalismo, que ele não cumpre com aquilo que promete? Nenhum Deputado aqui promete. Ninguém aqui desta Casa promete nada. Os Deputados estão aqui para fazer as suas reivindicações. Estão aqui para buscar soluções para as famílias, para os nossos filhos, pelos esquecidos, pelo pequeno produtor, pelo pequeno empresário de 'fundo de quintal'!"

Magoa-me ver o seu pronunciamento, Deputado Edson Lino. Vossa Excelência é um Parlamentar. Isto aqui é um Congresso, é um Parlamento! Aqui é para se "parlar", para se debater, se discutir. Não posso conceber que Vossa Excelência seja ameaçado por um Delegado de Polícia! Não posso conceber! Não é a Comissão de Direitos Humanos que tem que resolver isso. É a Mesa desta Casa! A Mesa deste Parlamento tem que levantar agora, ir ao Palácio com Vossa Excelência e dizer: "Governador, este Deputado, eleito pelo povo do Paraná, está sendo ameaçado de morte por defender os valores morais de Faxinal."

O que são valores morais, Deputado Edson Lino? É a sua esposa, é o seu filho! Valor moral são essas mulheres que estão aqui, são as taquígrafas, são os jornalistas! Valores morais são todos os Deputados que estão nesta Casa, até os senhores que estão assistindo esta sessão! O senhor está

defendendo o valor moral de Faxinal. O que é valor moral de Faxinal? É a mãe negra, a mãe branca, é o trabalhador que na capina do café ou na paina do algodão, têm os mesmos direitos que tem o Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que tem a Mesa e que tem Vossa Excelência.

Digo a Vossa Excelência: vou comprar a sua briga. Estou com o senhor até o fim. Não é só pelos seus cabelos brancos, não é só pela sua juventude e pelos seus ideais! Vou à luta porque, além de pai, além de esposo, vou à luta para defender o seu mandato, porque o senhor foi eleito pelo povo e merece respeito. Digo-lhe mais: quando eles precisam de aumento, somos nós que damos aumento aqui nesta Casa. E concordo com o jornalista Luiz Geraldo, quando diz que, nós Deputados, temos que parar de indicar Delegados. Concordo com o jornalista Luiz Geraldo. Quando entra alguém no meu gabinete e pede para ser transferido para uma outra cidade, digo: "Filho, não é comigo. Procure o Secretário de Segurança Pública. Vá procurar quem é de direito."

Estou aqui para defender os bons policiais. Os maus policiais devem ir para a cadeia. Conte com o apoio deste humilde Deputado. Estou na sua luta, que é a luta deste Parlamento, além de tudo, é a luta desta Mesa, que tem que levantar e exigir do Governador que esse cidadão seja recolhido ao seu canto e aprenda a ser autoridade e não "otoridade".

O Sr. Valdir Rossoni

Vossa Excelência me permite um aparte, Deputado Edson Silva?

(Assentimento)

Falei há minutos com o Secretário de Segurança. O Delegado está transferido e serão tomadas as providências para investigar e instaurar inquérito administrativo para que o Delegado de Polícia seja responsabilizado pelos seus atos. Quero tranquilizá-lo e a esta Casa. O Delegado está transferido de Faxinal e o Secretário de Segurança está tomando todas as providências.

Neste momento conversamos com ele e está garantido que esta novela não terá novos capítulos e sim a transferência do Delegado, e ele será responsabilizado pelos seus atos. Esta foi a atitude do Secretário, no instante em que falei com ele.

O SR. EDSON SILVA LINO

Agradeço a atitude do Deputado e vou ficar no aguardo.

Concedo aparte ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O Sr. Luiz Carlos Zuk

Deputado Edson Silva Lino, em contato que mantivemos com o Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, que se encontra em sua residência, ele nos pediu para transmitir que a posição dele, da Mesa Executiva, como do Presidente que ora ocupa, Luiz Claudio Romanelli, do Deputado Nelson Garcia, do Luiz Carlos Martins e Neivo Beraldin, que conosco somam a Mesa Executiva, junto com o 3º e 4º Secretários e este Poder terá total respaldo, não só na transferência do Delegado, já anunciada pelo Deputado Rossoni, que tomou as medidas...

O SR. VALDIR ROSSONI

Não é bem transferência. É recolhimento.

O Sr. Luiz Carlos Zuk

Recolhimento. Vejam só como o Deputado Anibal Khury assegura que as responsabilidades daqueles atos praticados também serão apurados. Tenha Vossa Excelência a tranquilidade e a serenidade que sempre possuiu e o apoio deste Parlamento que nunca lhe faltou.

Nossos cumprimentos pela coragem e atitude que toma Vossa Excelência em todos os episódios em defesa não só da família de Faxinal, de Grandes Rios, onde sua esposa está no comando daquela grande obra, e nem tão somente de onde o senhor tem o domicílio eleitoral, de Cândido de Abreu, de Ivaí, de Ipiranga e de outros municípios.

Tenha o respeito de todo o Paraná, Deputado Edson da Silva Lino.

O SR. EDSON DA SILVA LINO

Concedo aparte ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

O aparte que queria dar, era para contribuir com o seu pronunciamento. O Deputado Rossoni já deu a boa notícia. Só acho que deveria ter sido antes do seu segundo ou terceiro pronunciamento. Desde a primeira vez, quando Vossa Excelência esteve nesta tribuna, tínhamos que ter tomado uma atitude mais rapidamente, da mesma forma como o Líder do Governo fez agora: foi ao telefone, falou com o Chefe da Casa Civil e resolveu o assunto. Mas, só que neste tempo, o Delegado foi promovido.

Acho que por uma questão de justiça, o Líder do Governo deveria conversar com o Chefe da Casa Civil, no sentido de revogar essa promoção deste Delegado.

O SR. EDSON SILVA LINO

Obrigado pelo aparte.

Concedo aparte ao Deputado Emerson Nerone.

O Sr. Emerson Nerone

Deputado Edson Silva Lino, quero parabenizá-lo pela forma como tem colocado esta questão e aproveitar o momento em que novamente vem à tona essa denúncia de tortura ligada à Secretaria de Segurança do Paraná no caso, a Polícia Civil e conforme o pedido da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, passar todos os papéis, toda a documentação que foi anexada a esse processo e a OAB, está acompanhando de perto, sobre a tortura denunciada ontem nesta Casa e cujas alegações foram refutadas pelo Comandante Geral da PM do Paraná, Coronel Lara, o mesmo dos aumentos diferenciados, do passado.

Vou passar ao Deputado Valdir Rossoni, toda essa papelada e ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, Deputado José Tavares, para as providências, e apenas gostaria de ressaltar, que o fato que ontem colocamos com muita propriedade, era o fato de que a acusação aqui, tendo em vista os acontecimentos ou não relativos a procedimentos daqueles policiais militares, mas, única e exclusivamente, com relação às denúncias de torturas que são absolutamente inadmissíveis. Tanto quanto o seu caso, que é uma denúncia de tortura contra civil, na Polícia Civil, e, neste caso, a policiais militares dentro da Polícia Militar do Paraná.

O Sr. Valdir Rossoni

Me concede um aparte, Deputado Edson Lino?

(Assentimento)

Ouvi há pouco um ilustre Deputado, aqui, querendo dar conselhos que devia ser antes ou depois. Quero dizer que hoje ele não está no seu dia ideal para dar conselho, porque estamos aqui fazendo uma análise desse lado, qual é o problema que está no seu pleno equilíbrio e quero dizer que o meu comportamento, aqui, é dirigido pelos fatos e não por conselhos, que venham querer desvirtuar a seriedade do assunto que estamos tratando.

O SR. EDSON SILVA LINO

Deputado Valdir Rossoni, antes tarde do que nunca. Agradeço-lhe por ter tomado providência, fico sensibilizado e sensibilizado, também com todos os Deputados que compraram esta parada tão difícil, que o povo de Faxinal está sofrendo na pele.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

A Presidência da Casa quer informar que entende que esta solução encontrada pelo Líder Valdir Rossoni é satisfatória e, certamente, a representação que foi feita à Comissão de Direitos Humanos também terá consequência. Até porque, em relação ao Parlamentar, o art. 2º no seu inciso 29º garante à

Presidência da Casa zelar pelo prestígio da Assembleia e da dignidade de seus membros. E, certamente, nós todos temos que reconhecer que o Deputado Edson Silva Lino tem sido um Parlamentar extremamente importante para o engrandecimento e pela responsabilidade que exerce em seu mandato. Então, obviamente, a comissão é absolutamente solidária com esse Parlamentar.

Com a palavra o Deputado Durval Amaral no horário da Liderança do PFL. Antes, registro a presença do vice-prefeito do Município de Arruaçu, Uílio Dirley, e do Presidente do PMDB, Mauro Biscaia.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero fazer um registro neste momento em que a sociedade paranaense, perplexa anda, com os altos índices de criminalidade verificados, principalmente na cidade e na Região Metropolitana de Curitiba. Onde a gloriosa instituição da Polícia Militar tem feito todos os esforços para combater o crime organizado, principalmente aqueles bandidos que vêm de outros Estados buscando, obviamente, desestabilizar o perfeito equilíbrio da sociedade e a atuação, efetivamente, marcadamente contra os bancos. Tivemos uma cobrança firme do Governador Jaime Lerner, onde tive a felicidade de estar presente ao Comando da PM quando o Governador Jaime Lerner lá esteve cobrando uma atuação mais forte e mais rígida da instituição.

Cumprimentar o Governador Jaime Lerner por estar distribuindo, amanhã, 700 viaturas da PM para os Municípios com menos de 5 mil habitantes, estarão recebendo uma Toyota zero km que vai para uma patrulha rural, aumentando o grau de eficiência da Polícia Militar nos vários Municípios do Estado do Paraná. O Comando Geral aqui em Curitiba fará a distribuição de várias viaturas novas, para poder oferecer mais segurança para todos os cidadãos paranaenses.

E, preservando a imagem dessa gloriosa instituição que é a Polícia Militar do Estado, quero registrar, aqui, a nota oficial do alto Comando da Polícia Militar do Estado do Paraná, quero registrar aqui a nota oficial do Alto Comando da Polícia Militar do Estado do Paraná, em função da denúncia do Deputado Nerone, feita na tarde de ontem nesta Casa. E reiterar novamente que todos nós cidadãos somos veementemente contrários a qualquer tipo de tortura. Basta o tempo negro do regime militar, onde os cidadãos eram vilipendiados, torturados, tirados de suas residências, do convívio familiar, e sacrificados neste País. Mas esse tempo de tortura passou há muito tempo.

E, infelizmente, o acontecido na Cidade de Maringá, ele tem uma explicação muito razoável,

uma explicação honesta: não houve usurpação por parte dos policiais militares.

Senão vejamos, Deputado Nerone, porque tenho certeza que nem o momento, nem o seu intuito era defender bandido, e nem o meu intuito de ficar favorável a qualquer tipo de tortura.

Diz a nota oficial do Alto Comando: "no início de março do corrente ano, um fiscal do Tesouro nacional denunciou ao Comando Geral da Polícia Militar, através do envio de diversos documentos probatórios, que os policiais militares Paulo Lucas de Lima, RG 3043145-6; José Roberto da Silva Filho, RG 366603; Adelino Gomes de Moraes, RG 3117186 e Ademir Cardoso da Silva, RG 3546245, os mesmos policiais da situação narrada ontem pelo Deputado Nerone, estariam envolvidos no golpe do seguro".

O que é o "golpe do seguro"? O golpe do seguro é o seguinte: você vai lá, pega o carro, leva para o Paraguai, o carro é vendido no Paraguai e depois registra a queixa, como furto.

E aqui diz a nota: que consiste na passagem de carros para o Paraguai com a conivência dos proprietários, com posterior registro de queixa de furto. Desta maneira, recebendo seguro referente àqueles veículos.

De posse de tal denúncia, e aí entra a ação da gloriosa instituição que é a Polícia Militar do Estado do Paraná, o Comando Geral da Corporação determinou ao Grupo Águia que se dirigisse para Maringá, a fim de diligenciar sobre o fato. Após investigações preliminares e como havia consistência nas informações, foi representado pela prisão temporária dos citados policiais militares, tendo em 10 de março o Poder Judiciário da Comarca de Maringá/PR, decretado o referido mandado de prisão. Então, eles são presos, detidos, ao arrepio da lei, como afirmou aqui o Deputado Nerone.

No dia 16 de março...

O Dr. Rosinha

Permite-me um aparte, Deputado Durval Amaral?

(Assentimento)

Quero só fazer uma pergunta. Eles, presos, foram torturados ou não?

O SR. DURVAL AMARAL

Vou esclarecer na sequência ao Deputado. Tenho o laudo, inclusive, aqui. Se foram torturados efetivamente, devem os torturadores serem punidos.

O Dr. Rosinha

É crime, não é dependendo se alguém é bandido ou não. O ser humano não pode ser torturado em hipótese alguma.

O SR. DURVAL AMARAL

Concordo em gênero, número e grau.

Concedo um aparte ao Deputado Nerone.

O Sr. Emerson Nerone

Apenas sem entrar em discussão, o senhor vai ler laudos, entreguei uma vasta papelada agora ao Líder do Governo e ao Deputado José Tavares, gostaria apenas de informar o seguinte: as datas de expedição de mandados judiciais e dos recolhimentos desses soldados da Polícia Militar não batem.

É lógico que, a PM, uma vez que os recolheu, apressou os pedidos oficiais. Segundo o laudo que apresenta, tivemos o cuidado de ao apresentar à OAB, aventar dados de outros profissionais, laudos técnicos de outros profissionais, e esta papelada toda está anexada junto aos papéis entregues hoje à liderança.

Só queria dizer o seguinte: foi anexada toda essa papelada, os laudos, e a Comissão de Direitos Humanos da OAB, que é absolutamente isenta e extremamente respeitada neste País, na luta contra a ditadura e todo esse processo, reencaminhou o processo através de dois ofícios, um à Procuradoria de Justiça do Estado do Paraná e um ao Comando da Polícia Militar do Paraná, e no bojo dessas explicações do porquê do pedido das explicações, ele disse: "olha, os fatos narrados são de fato de extrema gravidade".

Os laudos que homens, de comprovada reputação, deram, posteriores a esses laudos que o senhor vai ler, eles estão anexados, estão no processo da OAB.

Só queria colocar isso, porque ontem, acho que ficou mal entendido entre as partes, porque o fato é que há uma denúncia séria de tortura contra um homem, chamado Major Neves, e outros dois homens da Polícia Militar. O mesmo major Neves que já foi denunciado várias vezes por outras pessoas como torturador. Então, é de se estranhar muito.

Só queria dizer mais uma coisa. Se haviam indícios muito fortes, como parece a nota do Comando da PM, esses soldados da Polícia Militar não podiam ter permanecido na ativa, como permaneceram até agora, cuidando da Segurança Pública do Estado do Paraná. Parece-me que aí o caso é tão irregular quanto a transferência simples e pura desse Delegado, porque vejam: a Polícia Militar tem 16 mil soldados. Se há um caso de extrema gravidade como esse, que foi esta denúncia, apenas um afastamento temporário, apenas para que eles não permanecessem nas suas funções, até que a investigação acontecesse. E isso não ocorreu. Depois de acontecido as ditas, quer dizer, as denúncias de sessões de tortura aqui em Curitiba, eles foram transferidos para Curitiba de forma irregular, porque

administrativamente é impossível a transferência sem uma explicação justificável, e transferidos para Curitiba eles permaneceram cuidando da Segurança Pública dos cidadãos do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. DURVAL AMARAL

Então, para que possamos falar a mesma linguagem, porque acredito que estamos falando exatamente a mesma linguagem, neste momento.

Não compactuamos, em momento nenhum, com nenhum tipo de tortura. Se há tortura, deve ser reprimida, sem dúvida alguma, isso é ponto pacífico entre nós.

O Sr. Emerson Nerone

Por outro lado, não compactuamos, de forma alguma, que os inquéritos que são abertos contra policiais - no caso, denúncias de formação de quadrilha - parem no meio do caminho, sem que não sejam completados.

Então, agora estamos falando a mesma linguagem. Não estou aqui, de forma alguma, defendendo bandido, claro, e nem o senhor defendendo tortura. O fato é que os dois processos têm de correr dentro das normas previstas na legislação brasileira, naqueles direitos que quando a legislação não obedece, são ditos direitos fundamentais do ser humano.

Muito obrigado!

O SR. DURVAL AMARAL

De extrema legalidade!

Só continuando, porque me parece que até a questão da tortura está bem clara aqui.

No dia 16 de março, o Grupo Águia logrou êxito na prisão dos meliantes, quando soube que o Sargento Paulo Lucas de Lima havia, em 11 de março, aproximadamente às 23:30 h, no Trevo da Rodovia de Uniflor, sofrido um acidente automobilístico, tendo ferimentos e sendo internado na Casa Hospitalar Santa Rita de Maringá, e com isso, tendo sido dispensado, por médico, pelo tempo de 15 dias, tendo em vista o acidente que sofreu.

Esse mesmo sargento é o que foi posteriormente preso pela Polícia Militar. Visto isso, a própria Polícia Militar, por questões de medida cautelar, posicionou a realização de exames de lesões corporais nos referidos presos. Exames esses, realizados no Instituto Médico Legal de Maringá, em data de 17 de março.

Então, só para que fique clara a ordem cronológica. A pessoa levava os carros para o Paraguai, num determinado momento sofreu um acidente, havia um mandado de prisão contra essa pessoa. Quando presa a própria instituição da Polícia Militar pediu, efetivamente, um exame de lesões corpo-

rais. Antes, inclusive, de eles serem transferidos para a Cidade de Curitiba, tiveram a cautela. Se houve tortura, a responsabilidade terá que aparecer, com toda a certeza.

Bom, veja só, em 18 de março, foram nominados, presos, conduzidos à Capital para o cumprimento do contido no mandado de prisão, tendo os mesmos sido custodiados na Ala Especial do Setor de Custódia da Prisão Provisória de Curitiba. Então, eles não estavam presos aqui ilegalmente.

Com a expiração do prazo legal, foram os nominados presos postos em liberdades, sendo que encontram-se respondendo inquérito policial na Delegacia de Polícia de Maringá e Conselho de Disciplina da Polícia Militar, ou seja, visando a exclusão dos meliantes dos quadros da corporação". Então, eles foram afastados e estão respondendo a Inquérito Policial Militar para ao final serem, se assim for decidido, excluídos da corporação da Polícia Militar.

"Entre as equivocadas informações..." não sou eu quem está dizendo, é a nota da Polícia Militar "...contidas no documento enviado pelo Deputado Emerson Nerone, consta que houve ferimento por tortura e prisão ilegal, fatos totalmente distorcidos e que não tratam a realidade, posto que, conforme citado, os ferimentos foram adquiridos em acidente automobilístico e que a prisão deu-se por cumprimento de mandato judicial".

Agora, somo-me aqui: se houve tortura, o que quer me parecer, a nota está bem clara, os responsáveis devem ser automaticamente punidos por esta gloriosa corporação da Polícia Militar do Estado do Paraná.

O Sr. Emerson Nerone

Deputado Durval Amaral, só para esclarecer: há dois laudos que foram encaminhados à Comissão de Direitos Humanos da OAB e que os senhores estão recebendo em mãos hoje.

O primeiro laudo é do PM acidentado em circunstâncias relatadas em fórum competente, em que aparecem ferimentos, mas nenhum tipo de lesões. Segundo, um acidente automobilístico não faria com que, sem nenhum tipo de ferimento no rosto, o tímpano fosse estourado.

Então, tem dois laudos ali: o primeiro quando este fato ocorreu - e de fato houveram ferimentos e por isso a Legislação manda que haja instauração de um procedimento que leva a uma perícia; e um segundo laudo, após a denúncia das torturas por legistas e por pessoas especializadas.

Então, de fato o Comando está dando explicações, vamos então, bater as informações e levá-las adiante.

Quero apenas ressaltar novamente: o Major Neves, denunciado aqui, já teve várias vezes o seu

nome ligado a sessões de tortura e estas denúncias perpassam a outros governos, e talvez o não conhecimento do Comando e dos outros Comandos, mas existe a prática em porões da Corporação, ou melhor, há possivelmente uma prática aí e tem que ser apurada o mais detalhadamente possível, já que isso só vem a denegrir uma corporação que historicamente tem prestado excelentes serviços à população do Paraná.

Quem trouxe todas estas denúncias ao meu gabinete, para que eu ouvisse as versões e tomasse o encaminhamento, foram as associações de Policiais Militares que se referiram a estas pessoas dizendo: "Se alguma coisa tiver acontecido na vida privada destas pessoas, que elas sejam de fato apuradas." Mas, trazemos aqui o caso de uma denúncia de tortura.

Então, acuso que o encaminhamento está sendo neste sentido, e, de qualquer forma, a OAB vai levar à frente estas investigações para esclarecimentos.

Queira Deus que realmente a tortura não ocorra nos porões da PM do Paraná e o Major Neves tenha apenas coincidentemente o seu nome ligado a dezenas de casos de tortura.

Muito obrigado!

O SR. DURVAL AMARAL

Agradeço o aparte do Deputado Nerone e quero dizer que não estou defendendo, em hipótese alguma, este ou aquele soldado - não é a minha função - só defendo e me preocupo com a instituição da Polícia Militar do Paraná neste momento de dificuldade para a sociedade paranaense, onde estamos debatendo, confrontando com o crime organizado no nosso Estado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Continuando o Horário das Lideranças, com a palavra o PL. PSN. PSDB. PDT. Liderança do Governo.

(Todos Declinam).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Beto Richa, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de Apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de autoria do Senhor Deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 884, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, requer a preferência da discussão e votação do Projeto de Lei Complementar nº 357/97, item 06 da presente Ordem do Dia. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 357/97, de autoria dos Deputados Luiz Carlos Alborghetti, José Maria Ferreira, Durval Amaral, José Tavares e Eduardo Lacerda Trevisan, que institui a Região Metropolitana de Londrina e dá outras providências. COM PARECERES DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 118/97, de 11.08.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 357/97

P A R E C E R :

O projeto de lei complementar em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Eduardo Lacerda Trevisan, tem por finalidade instituir a Região Metropolitana de Londrina, e dá outras providências.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da matéria, encontra-se a mesma em condições de prosseguir sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, opinamos pelo parecer favorável e posterior aprovação do referido projeto.

Sala das Comissões, em 09.09.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 357/97

P A R E C E R :

Trata o presente projeto de lei complementar, de autoria do eminente Deputado Eduardo Trevisan, da instituição da Região Metropolitana de Londrina, a ser constituída pelos Municípios de Londrina, Cambé, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia e Tamarana, criando ainda os órgãos diretivos e planejadores desta Região Metropolitana, e situando ainda princípios norteadores da questão.

Trazido o presente processo a análise desta Comissão de Finanças, destacamos, *a priori*, a relevância da matéria em exame, visto que, sob todos os

paradigmas de análise que sejam utilizados, efetivamente a região de Londrina e municípios circunvizinhos atualmente já interagem, materialmente, como Região Metropolitana. Assim, o presente projeto visa legalizar uma situação de fato, com benefícios que podem ser projetados, por analogia, do processo que hoje existe na Região Metropolitana de Curitiba.

No que diz respeito à questão financeira, inexistente óbice a tramitação do mesmo, eis que não implica em despesa não previamente orçada para o Erário Público Estadual, dependendo a consolidação de seus gastos de planejamento e orçamento futuro, além da participação direta dos municípios envolvidos.

Pelo exposto, respeitosamente somos de parecer favorável a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 357/97, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 15.10.97.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

Passaremos ao restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 160/98 de autoria do Deputado Cezar Silvestri declara de Utilidade Pública o Albergue Noturno Frederico Ozann, com sede e foro em Guarapuava. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO A EMENDA DA C.C.J. APROVADA EM 2.ª DISCUSSÃO. **Aprovado.** O projeto vai para a Redação Final

ITEM 02

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 112/98 de autoria do Deputado Aníbal Khury que estabelece normas e diretrizes para a cooperação do Estado do Paraná na constituição e Implantação do Consórcio Intermunicipal e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. **Em Regime de Urgência.**

Está em discussão, em votação o projeto, ressalvada a emenda da C.C.J. **Em Discussão.**

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Discutir)

Rapidamente em nome da Liderança do PT, que nós tivemos o cuidado de analisar o projeto e gostaríamos de dividir, inclusive, essa análise que foi feita pela assessoria técnica da liderança do PT. Nós vivemos hoje, Presidente Romanelli, no Brasil uma concentração de recurso a nível de Governo Federal, sendo que os recursos arrecadados a ter-

mos de impostos só 13% é administrado pelos Municípios. Os Municípios estão com os problemas de saúde, educação, buraco na rua etc. E o consórcio está sendo usado sem um amparo legal, e agora nós temos uma lei propugnada pelo Deputado Aníbal Khury que vem reafirmar isso, a força de os Municípios se articularem, minimizando esforço e recurso em torno daquilo que poderia ser feito individualizado, que iria acarretar muito custo. O Projeto, portanto, além de ter esse aparte político interessante, de fortalecimento dos Municípios: com relação ao controle do recurso público traz as exigências da Lei de Licitações, o consórcio fica obrigado a prestar contas às Prefeituras e ao Tribunal de Contas; dispõe também que a Câmara Municipal deverá autorizar a participação dos Municípios no consórcio.

Portanto, nós vemos com bons olhos esse projeto e voto favorável, recomendação de voto favorável da Bancada do Partido dos Trabalhadores ao presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Em Votação. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em Discussão a Emenda. Em Votação.

Aprovada.

ITEM 03

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 152/98 de autoria do Deputado Duílio Genari que declara de Utilidade Pública o Clube de Idosos sempre Unidos de Novo Sarandi. Com sede e foro no Distrito de Novo Sarandi, Município de Toledo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de nº 154/98 de autoria do Deputado Caíto Quintana que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São José da Boa Vista. Com sede e foro no Município de São José da Boa Vista. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.

Em Discussão o projeto, ressalvada a Emenda. Os Deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.** Em Discussão a Emenda da C.C.J. **Aprovada.**

ITEM 05

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 159/98 de autoria do Deputado Cezar Silvestri que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais do Vale do Jordão. Com sede e foro no Município de Guarapuava. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli).

Sobre a mesa, Requerimento nº 883, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. À Comissão Executiva.

O SR. NEIVO BERARDIN

Vossa Excelência o requerimento está para ser votado?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

O requerimento foi encaminhado por decisão dessa Presidência à Comissão Executiva.

O SR. VALDIR ROSSONI

Meus cumprimentos pela decisão do Presidente.

O SR. NEVO BERARDIN

Espero a resposta do Deputado, por escrito e oficialmente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli).

Requerimento nº 874, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente.

Tive notícias e me importo com estas questões da área da saúde. Conversando com o Deputado Florisvaldo Fier, que tem uma atuação nesta área porque é médico tem uma preocupação sanitária muito grande. Estou pedindo estas informações ao Armando, gostaria que o Deputado Rossoni colaborasse nisso para que nós soubéssemos qual é a extensão do problema. Muitas vezes isso não quer dizer que isso seja relativo à falta de ação da Secretaria da Saúde, mas se nós pudermos, de alguma forma, tentar ajudar neste processo porque a dengue mata, principalmente a dengue hemorrágica. Não é esta que está ainda em território paranaense, mas se vier a dengue hemorrágica será um desastre do ponto de vista da condição de Saúde, sobretudo dos mais pobres do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli)

Em votação, **Aprovado.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem)

Apenas para registrar a presença do Vereador Juquinha Pompeu, irmão da nossa amiga Inês Pompeu que se encontra presente nesta Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Claudio Romanelli).

Perfeitamente anotado e registrado.

Requerimento nº 875, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 877, de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 878 a 880 e 885, de autoria do Senhor Deputado Horácio Rodrigues, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 882, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 887, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, com apoio dos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk, Luiz Accorsi, Miltinho Puppio e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 888, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 889, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão extraordinária para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 538/96, 108 e 148/98.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 357/97.

Marco ainda, uma sessão ordinária para quinta-feira, dia 21 às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 245, 581/97.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Complementar nº 112/98 e dos Projetos de Lei nºs 154 e 159/98.

Levanta-se a Sessão.